

## MULHERES PORTUGUESAS EM MARROCOS IMAGENS DO QUOTIDIANO FEMININO NOS SÉCULOS XV E XVI

ANA MARIA S. A. RODRIGUES \*  
MARIA DE FÁTIMA MOURA FERREIRA \*

O tema que nos propusemos trazer aqui não é, de forma alguma, inédito. Inúmeros autores, antigos ou mais recentes, debruçaram-se já sobre a presença feminina nas terras conquistadas ou descobertas pelos Portugueses, nomeadamente no Norte de África, a partir das narrativas dos cronistas, dando especial relevo à sua participação heróica na defesa das praças ameaçadas pelos cercos muçulmanos, ao seu sofrimento, estoicamente suportado, quando sujeitas à viuvez e ao cativo, e ao seu envolvimento, ainda que involuntário, em situações moralmente chocantes para a época, que as condições particulares de vida nessas zonas, dada a frequência da morte e da perda da liberdade, de certo modo provocavam. (1)

Outros, ainda, partindo das mesmas fontes, ocuparam-se de alguns aspectos aparentemente mais banais do quotidiano feminino nesses tempos e nessas paragens, descrevendo de que forma as damas da aristocracia e as de condição comum ocupavam o seu tempo; como se relacionavam entre elas e com os homens, fossem estes cristãos ou muçulmanos; como casavam, davam à luz os filhos, cuidavam dos vivos e enterravam os mortos, etc... (2)

Não foi esta, obviamente, a perspectiva que adoptámos. A busca exaustiva de todas as notícias referentes a mulheres nas crónicas quatrocentistas e quinhentistas sobre o Norte de Marrocos levou-nos, é certo, a ampliar o nosso conhecimento sobre o número, a condição, as formas de vida dessas mulheres, permitindo-nos completar, em alguns aspectos, os quadros esboçados pelos autores anteriores: foi o que fizemos nos pontos 2, 3 e 4 desta comunicação (3). Contudo, nunca perdemos de vista que as informações que nos eram transmitidas pelos narradores, nomeadamente os retratos de mulheres por eles traçados, não eram de forma alguma neutros, mas constituíam imagens femininas, as imagens que certos homens da época, com uma condição social específica, uma vivência familiar particular, um nível cultural determinado, podiam veicular (4). Daí que tenhamos começado por procurar estabelecer quais os elementos do percurso de cada um dos cronistas que poderiam ter influenciado a sua percepção do papel das mulheres na sociedade (5) (ponto 1), e que tenhamos concluído este trabalho por um conjunto de observações sobre as imagens encontradas.

\* Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

## 1 - A PROLIXIDADE DESIGUAL DAS FONTES

O contributo dado por cada autor estudado para o conhecimento da presença das mulheres portuguesas em Marrocos nos séculos XV e XVI foi bastante diferente. Gomes Eanes de Zurara<sup>(9)</sup>, cronista régio quatrocentista, imbuído de ideal cavaleiresco, arquitectou a sua obra como uma glorificação dos feitos dos nobres e da coroa. Nesta linha, privilegiou quase exclusivamente os episódios militares ligados à conquista e manutenção das praças africanas (Ceuta e Alcácer Ceguer), e dentro destes, o papel exercido por D. João I, e pelos Meneses, D. Pedro e D. Duarte, pois, na perspectiva do cronista, «a narração do passado devia constituir um fim memorativo e ético, de exaltação dos troncos nobres 'no memorial das suas virtuosas obras'»<sup>(10)</sup>. Nesta ordem de ideias, as menções mais que lacunares aos demais contextos e grupos sociais encontram a sua razão de ser. Como já nos advertia Veríssimo Serrão, «com uma tendência 'heróica' e não 'colectiva' da história, não se pode exigir de Zurara, cronista a soldo do erário régio, o que ele não estava em condições de escrever»<sup>(11)</sup>.

As referências a mulheres, no conjunto do material compulsado, são, assim, diminutas, exceptuando as personagens nobres que, pela sua qualidade (caso da rainha, D. Filipa de Lencastre), ou por conflito de interesses em relação aos protagonistas (D. Beatriz e D. Leonor de Meneses), se interceptam na trajectória de vida das figuras retratadas. Sublinhe-se, em todo caso, que a presença e acção das mesmas se insere no propósito de reforço da ordem da sociedade cavaleiresca. Assim, «a natureza própria das mulheres» é, por vezes, moldada por força dos constrangimentos e valores inerentes a essa sociedade.

Mesmo o comportamento das mais notáveis, todavia, não escapa às regras de delimitação dos espaços público e privado (reservados idealmente a cada género), delimitação que, em última instância, se visa consolidar, como faz notar o cronista mediante comentários pessoais sobre a matéria<sup>(12)</sup> ou utilizando, para o efeito, a «voz das próprias». Aş «palavras» de D. Filipa de Lencastre, a propósito do encontro solicitado pelos embaixadores do reino de Granada são bem reveladoras do que afirmámos: «'Eu não sei', respondeu ela, 'a maneira que os vossos rex têm com suas mulheres, mas entre os cristãos, não é bem contado a nenhuma rainha, nem a outra nenhuma grande princesa, de se tremeter nos feitos do seu marido [...]. E as suas mulheres, quanto melhores são, tanto com maior diligencia se guardam de quererem saber o que a elas não pertence, cá conhecem certamente que seus maridos, com seus conselheiros têm maior cuidado do que a honra de seu estado pertence, do que elas podem conhecer'»<sup>(13)</sup>.

Realidade diversa encontramos em Bernardo Rodrigues<sup>(14)</sup>, ainda que o propósito da sua obra vise, de forma idêntica, o registo dos feitos heróicos, particularmente a acção dos ilustres capitães, condes de Borba e do Redondo<sup>(15)</sup>. Encontramo-nos, desta vez, perante um *cavaleiro*, e, de acordo com as palavras de David Lopes, o lado guerreiro sobressai face ao de escritor<sup>(16)</sup>, ou, dito de outro modo, a intenção ideológica não corporiza o fim da obra nos termos patenteados em Zurara. Acrescente-se que Bernardo Rodrigues nasceu em Arzila, por volta de 1500, e que parte considerável da sua vida decorreu no norte de África, tendo presenciado ou vivenciado uma porção substancial dos acontecimentos que narra. A mobilização da memória pessoal, e eventualmente familiar, assume-se preponderante, cruzada pelo recurso a informantes privilegiados. O quadro descrito justifica, ainda que de forma parcial, a abundância de detalhes relativos ao quotidiano, a menção frequente a indivíduos comuns, e particularmente, atendendo aos objectivos desta comunicação, as referências a mulheres. Assim, a partir da sua narrativa perpassa uma visão menos comprometida face à ordem social dominante, facto que não

obsta a que o seu enfoque seja moldado de acordo com o quadro de valores dominantes, em especial, no que concerne às expectativas sociais que regulam os papéis femininos. Nesta linha, não surpreende o lugar privilegiado reservado às mulheres da nobreza, pelo seu maior protagonismo e visibilidade social – prolongamentos, afinal, da ordem privilegiada – ou a ênfase colocada na dimensão heróica e corajosa das mulheres comuns, num contexto marcado pela conflituosidade e no quadro de uma sociedade em que a dimensão militar-guerreira se apresenta como um dos valores mais elevados.

## 2 - UMA PRESENÇA ABUNDANTE DE MULHERES

A primeira surpresa causada pela leitura das fontes, foi a constatação da existência de um número considerável de mulheres nas praças portuguesas em Marrocos<sup>(14)</sup>. Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em certas Cruzadas em direcção ao Oriente, elas não tomavam parte nas expedições de conquista, embora, segundo Zurara, dessem um contributo precioso para a sua preparação, quer do ponto de vista material, colaborando no provimento dos navios<sup>(15)</sup>, quer moral, rezando pelo sucesso da iniciativa<sup>(16)</sup>. Presentes antes, e no momento, da partida, elas estavam-no de novo à chegada, para receber os triunfadores com cantares de alegria, vestidas com os seus melhores trajes<sup>(17)</sup>. Se não era, pois, com as armadas que seguiam, quando e porquê se deslocavam, então, para Marrocos?

Faziam-no, por exemplo, quando eram chamadas pelos seus pais, irmãos ou maridos, ou quando desposavam um homem que para lá ia ou já lá se encontrava. Tal acontecia, ao mais alto nível, com as familiares dos capitães das fortalezas: a primeira esposa do conde D. Pedro de Meneses, D. Margarida, não pôde juntar-se a ele em Ceuta «pelas suas continuadas enfermidades», acabando por falecer na metrópole<sup>(18)</sup>. Em contrapartida, as suas segunda e terceira mulheres, D. Beatriz Coutinho e D. Genebra, filha do marechal Manuel Pessanha, com ele lá viveram, tal como as suas filhas legítimas e naturais, algumas das quais casaram com cavaleiros lá instalados<sup>(19)</sup>.

Também D. Isabel de Melo viveu com D. Duarte de Meneses em Alcácer<sup>(20)</sup>, D. Catarina da Silva com D. Vasco Coutinho, em Arzila<sup>(21)</sup>, D. Isabel Henriques com D. João Coutinho, na mesma vila, e D. Genebra de Brito com António da Silveira, igualmente. A respeito destas duas últimas senhoras, sabemos até que vieram a Arzila acompanhadas do pessoal das suas casas, de que faziam parte várias mulheres – D. Genebra, grávida de termo, trouxe mesmo «comadre e ama»<sup>(22)</sup> – assim como dos respectivos dotes, que constavam de roupas, jóias e outras «peças ricas», um verdadeiro regalo para os piratas muçulmanos<sup>(23)</sup>.

Mas não eram apenas as damas da nobreza que se deslocavam para as praças marroquinas com as respectivas aias e criadas, para se juntarem aos seus familiares. Esposas e filhas de todas as condições sociais enchiam os barcos em proveniência da metrópole, trazendo consigo mães, sogras, irmãs, primas e, se suficientemente ricas, criadas, o que fazia engrossar as fileiras das mulheres locais<sup>(24)</sup>. Por último, há que não esquecer a reprodução natural: dos casais cristãos nasciam meninas<sup>(25)</sup>, que, ao fim de poucos anos, estavam em condições de gerar outras crianças do mesmo ou do outro sexo.

Assim, podemos considerar a presença feminina significativa, embora seja difícil quantificá-la. Segundo Bernardo Rodrigues, as mulheres e as crianças de Arzila seriam mil por alturas do cerco de 1516<sup>(26)</sup>; quando a peste assolou a vila, seis anos mais tarde, e foram evacuados os filhos e as esposas de todos os que podiam suportar a despesa de os enviarem para a metrópole – onde estiveram, de quarentena, numa ilha ao largo de Tavira

— os navios transportaram mais de quinhentas pessoas <sup>(27)</sup>. É sabido, todavia, que os autores da época não usavam de grande rigor nas suas estimativas populacionais, pelo que pouco crédito podemos dar a estas contagens <sup>(28)</sup>. Todavia, parece lícito admitir-se, na senda de C. Boxer <sup>(29)</sup>, que a presença de mulheres em Marrocos, à semelhança do constatado nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, foi mais significativa face ao verificado em outros domínios portugueses, concretamente, no Oriente, na costa africana e no Brasil, relativamente aos quais a referência à carência de mulheres brancas é uma constante. A natureza deste problema, porém, transcende o âmbito desta comunicação. Afigura-se-nos, não obstante, que esta matéria deverá ser objecto de uma maior problematização, não tanto pelas eventuais motivações que subjazem a esta realidade, mas particularmente pelas implicações decorrentes do fenómeno, estas sim, potenciais reveladoras dos significados e papéis decorrentes da participação feminina na expansão portuguesa. Assim, a título de hipótese, somos levadas a sugerir que essa presença poderá ser equacionada em termos de contributo para a afirmação de uma sociedade particular, manifestando-se a intervenção feminina, por excelência, ao nível do universo doméstico-familiar.

### 3 - O QUOTIDIANO FEMININO EM TEMPOS DE PAZ

O estado normal de todas estas mulheres parece ter sido o de casadas. De facto, são-nos referidas raríssimas solteiras <sup>(30)</sup>, algumas numa situação ambígua, que nos pode levar a pensar terem exercido a prostituição <sup>(31)</sup>. Há que não esquecer que eram degradadas para o norte de África as culpadas de alguns tipos de crimes, como a barregania, que talvez não fossem muito céleres em corrigir os erros pelos quais haviam sido condenadas; mas, mesmo destas «civeis e baixas», Bernardo Rodrigues diz que se tornavam «vertuosas, castas e onestas», sob influência da sociedade local, dirigida com mão firme pelos capitães <sup>(32)</sup>. Por outro lado, faltavam em Marrocos, terra de Islão, moço-freiros femininos que servissem para colocar as donzelas cujas famílias não podiam suportar economicamente a concessão de mais dotes; daí a ausência de monjas, que no reino eram a mais fornecida categoria de mulheres votadas ao celibato de longa duração <sup>(33)</sup>.

Quanto às viúvas, numerosas devido à altíssima mortalidade masculina provocada pelas constantes escaramuças entre cristãos e muçulmanos, não parecem ter tido grandes dificuldades em casar de novo, em particular quando ficavam de posse de alguns bens <sup>(34)</sup>; por vezes, os segundos ou terceiros consórcios eram mesmo feitos com alguma rapidez, senão mesmo precipitação, provocando graves problemas quando regressavam, mais tarde, os maridos dados por mortos <sup>(35)</sup>. Mas esta impressão positiva necessita de ser matizada.

Por um lado, há que não esquecer as mulheres que, tendo os maridos em cativo e não os conseguindo resgatar, se transformavam em «viúvas de vivos», ficando numa situação muito difícil. Por outro, quando, em vez de morrerem um ou dois homens em cada cavalgada contra os mouros, como era habitual, todo um contingente se via dizimado, como aconteceu durante uma das ausências do conde de Redondo de Arzila, tornava-se impossível encontrar novos esposos para todas as viúvas, e as mais pobres eram abandonadas à sua triste sorte. A estas, só restava regressarem a Portugal e procurarem obter uma pensão de sangue que lhes assegurasse o sustento, arrostando com o desdém que as gentes do continente votavam às «africanas» <sup>(36)</sup>.

Se, como dissemos anteriormente, muitas mulheres partiam para Marrocos já casadas, outras consorciavam-se lá. Como se realizavam estes casamentos? Em conse-

quência da estrutura da sociedade local, a maior parte era da iniciativa dos chefes das fortalezas, que se substituíam aos familiares, ausentes ou mortos, na escolha dos nubentes e, até, na sua dotação <sup>(37)</sup>. Isto acontecia, episodicamente, com viúvas de homens caídos em combate e com cavaleiros estrangeiros, vindos buscar honra e proveito a estas paragens <sup>(38)</sup>, mas era muito mais frequente no caso dos mouros que se colocavam ao serviço dos portugueses e abandonavam a religião islâmica, os chamados mouriscos.

Para estes, o casamento com cristãos ou com mouriscas convertidas há mais tempo, era considerado a melhor forma de integração, pois contribuía, através do amor que criavam pelas esposas e pelos filhos, para os manter firmes na fé cristã e na obediência ao rei de Portugal <sup>(39)</sup>. Inversamente, os reis e alcaides muçulmanos que tinham prisioneiros portugueses de quem desejavam utilizar os serviços — caso dos bombardeiros e armeiros, indispensáveis aos combates — também procuravam fixá-los, dando-lhes cristãs como esposas, embora Bernardo Rodrigues diga que muitos preferiam ficar solteiros «por não fazerem filhos e os deixar cativos» <sup>(40)</sup>; obviamente, os cronistas preferiam não se referir aos renegados que, nestas circunstâncias, se convertiam ao Islão e se consorciavam com muçulmanas, realizando uma integração bem mais completa...

Mas os casamentos efectuados nas praças de África não eram apanágio, apenas, dos mouriscos e dos cristãos humildes; também nos estratos mais elevados da sociedade local se realizavam consórcios, e era preocupação constante dos pais, dotar convenientemente as suas filhas para que pudessem encontrar esposos à sua altura <sup>(41)</sup>. Os próprios mouros o sabiam, e não se coíbiavam de prometer sedas, jóias, e outras preciosidades da sua lavra aos progenitores das jovens casadoiras, com o intuito de obterem alguma informação do seu interesse, ou mesmo a tão almejada liberdade <sup>(42)</sup>.

As bodas das fidalgas eram ocasião de festejos realizados «com grandes, e magníficas despesas» <sup>(43)</sup>, as quais, adicionando-se aos dotes, chegavam a ser de tal forma pesadas para as finanças familiares que podiam inibir o casamento das outras irmãs durante alguns anos, senão para sempre <sup>(44)</sup>. Mas, mesmo nestas ocasiões de festa e alegria, as mentes dos homens pareciam mais viradas para os feitos de guerra do que para as delícias do tálamo nupcial: diz Zurara que durante o casamento de Rui Gomes da Silva com uma filha natural do conde D. Pedro, houve um rebate e não fora este segurar o genro na igreja, ele ter-se-ia juntado aos companheiros de armas para ir combater os mouros. O próprio D. Pedro de Meneses, acabado de casar com D. Beatriz Coutinho, não se escusou de receber um cortejo de prisioneiros de guerra, resultantes de um ataque realizado pelos Portugueses a uma aldeia vizinha, o que o cronista considerou um «formoso presente pera apresentar á Donzella que novamente tomava sua caza!» <sup>(45)</sup>.

Que vida levavam as portuguesas de Ceuta, Alcácer Ceguer e Arzila? Casadas com os soldados que defendiam as praças ou com os artesãos e comerciantes que as abasteciam de produtos manufacturados e víveres, as mulheres de categoria social média ou baixa não parecem ter exercido, localmente, quaisquer actividades profissionais <sup>(46)</sup>. A agricultura estava-lhes praticamente vedada pelo perigo constante que ameaçava quem se deslocasse para longe da fortaleza: os homens que saíam para tratar dos cereais e ceifar os fenos, levavam as suas armas, e mesmo a boiada só era posta a pastar depois de colocadas atalaias em lugares estratégicos, donde pudessem avistar com muita antecedência a chegada dos inimigos; apenas as hortas e as vinhas, situadas à sombra dos muros, podiam receber delas alguns cuidados <sup>(47)</sup>.

O artesanato e o comércio, ainda que exercendo-se ao abrigo das muralhas, não parecem também tê-las acolhido: apenas de uma viúva, Isabel Marim, foi dito que «criou os filhos que lhe ficarão com a agulha, de que ela era grande oficial de lavradeira» <sup>(48)</sup>, mas não é sequer seguro que tivesse exercido este mester em Arzila, em vida do marido.

Algumas podem, todavia, ter ajudado os esposos nos seus mesteres respectivos, como sabemos que acontecia na metrópole <sup>(49)</sup>.

Poder-se-ia pensar, em contrapartida, que se ocupassem dos trabalhos domésticos: sabemos que uma portuguesa, ao ir buscar água ao chafariz situado fora da fortaleza, com uma negra, foi atacada por mouros; outra, estava a amassar o pão quando o marido partiu para um ataque a uma aldeia, e ainda o fazia quando vieram buscar um lençol para o amortilhar <sup>(50)</sup>. Mas, à parte estas duas breves referências, encontramos sempre escravas a fazerem estes serviços. De facto, a abundância de cativos mouros de ambos os sexos nos lares de todas as categorias sociais – desde os das mouriscas aos das fidalgas, passando pelos das simples populares – evitava às mulheres locais trabalhos que no reino, em regra, lhes competiam, tanto os mais pesados, relacionados com o aprovisionamento em água e em lenha, e a moagem manual dos cereais, como os mais leves, ligados à alimentação, ao vestuário e ao cuidado das crianças.

Estes escravos provinham, na sua grande maioria, da redução ao cativo dos homens e mulheres aprisionados por ocasião dos numerosos ataques realizados pelos Portugueses contra as aldeias situadas em redor das suas fortalezas. Mais raramente, quando sobreviviam anos de escassez cerealífera e os mouros vendiam os seus filhos e filhas para escapar à fome, como aconteceu em 1521, podiam ser obtidos por compra, a excelentes preços; tornava-se, então, possível escolher o sexo, a idade e as características físicas mais convenientes para o serviço pretendido, coisa que, obviamente, não acontecia em tempo normal <sup>(51)</sup>.

O convívio diário com os escravos nem sempre era fácil, nem isento de riscos. Algumas famílias sujeitavam os seus cativos do sexo masculino a trabalhos penosos e a maus tratos, pondo-os a ferros para passar a noite, precavendo-se de possíveis vinganças. Contudo, nunca estavam livres de sofrerem as consequências dos seus actos, pois as fugas eram relativamente frequentes, podendo ser feitas de forma bastante violenta contra as mulheres, como adiante veremos. E se algum membro da casa fosse feito prisioneiro pelos mouros, dificilmente conseguiria recobrar a liberdade, pagando na carne pelos excessos cometidos <sup>(52)</sup>.

Outras famílias tratavam os seus cativos com maior clemência, quer fosse por verdadeira humanidade quer por medo de represálias ou por esperarem deles maiores lucros. Com efeito, escravos havia que conseguiam, pelo simples temor que causavam às suas donas, eximir-se a tarefas mais duras <sup>(53)</sup>. Outros, negociavam com os patrões chorudos resgates em contrapartida da sua liberdade, e de tal modo eram bem tratados pelas esposas e filhas daqueles, enquanto esperavam a chegada do dinheiro, que não se esqueciam de lhes enviar como presentes «brincos de Fez, asi como avanos e outras cousinhas de seda» <sup>(54)</sup>.

Quanto às escravas, a sua situação não era muito diferente: de dia, dedicavam-se a todo o tipo de trabalhos domésticos; à noite, eram encerradas para não fugirem <sup>(55)</sup>. Isto não impedia algumas de o tentarem, com ou sem ajudas externas, e com sucessos diversos, como veremos adiante. Em contrapartida, havia convertidas que se sentiam tão bem no cativo, que denunciavam as tentativas feitas pelos seus familiares e amigos para as libertarem <sup>(56)</sup>. Sobre uma coisa, estranhamente, os textos são totalmente omissos: eventuais relacionamentos íntimos entre estas mulheres – em geral bastante jovens, pois Bernardo Rodrigues diz que eram preferidas as escravas entre os 10 e os 25 anos <sup>(57)</sup> – e os respectivos patrões. Se eles se deram e geraram frutos, os cronistas preferiram silenciá-los, mantendo-nos na ignorância sobre a forma como as esposas legítimas, e a sociedade no seu conjunto, reagiam a tais infidelidades <sup>(58)</sup>.

Para além de escravos de ambos os sexos, as famílias da aristocracia viviam, tal como na metrópole, rodeadas de criadas e criados cristãos, podendo estes ser antigos cativos mouros, em particular mulheres, que, ao converterem-se, tornavam-se «pessoas honradas» <sup>(59)</sup>, ou ainda portugueses de condição social inferior à dos seus senhores, mas suficientemente elevada para poderem combater a cavalo <sup>(60)</sup>. Naturalmente, a casa mais bem fornecida em pessoal de todos os escalões sociais era a dos capitães, compreendendo escudeiros, amos, criados e escravos, estes desempenhando com frequência cargos de importância junto dos donos.

As esposas dos capitães escolhiam geralmente para si as cativas solteiras mais formosas; em torno delas, e das suas filhas e noras, constituía-se, assim, um pequeno séquito de aias e camareiras, ordinariamente mours convertidas cuja dedicação aos novos senhores e à nova fé era premiada com o casamento <sup>(61)</sup>. Estas mouriscas desposavam, em geral, companheiros de condição, mas podia acontecer-lhes consorciar-se com cristãos de origem <sup>(62)</sup>; por vezes, a fama da sua beleza e das boas maneiras adquiridas junto das damas portuguesas era de tal ordem, que se tornavam cobiçadas pelos príncipes muçulmanos, não se poupando estes a esforços para as recuperar <sup>(63)</sup>.

As condessas também compravam cativos mouros, em particular aqueles que, pela sua gravidade e compostura, denunciavam uma origem social superior <sup>(64)</sup>. A estes, elas não hesitavam tratar das feridas e acolher como convidados de marca, até que fossem resgatados; daí que famosos almocadens como Alebenaix – responsável pela morte e cativo de muitos Portugueses – ao serem tomados em combate, não revelassem a sua identidade senão perante os capitães ou as suas esposas, certos de que, juntos deles, estariam ao abrigo de eventuais vinganças <sup>(65)</sup>. Depois de regressados para junto dos seus correlegionários, estes antigos prisioneiros recomeçavam imediatamente a luta contra os cristãos, mas guardavam uma especial deferência para com as senhoras que lhes haviam salvo a vida, presenteando-as com tecidos e objectos preciosos <sup>(66)</sup>. Da mesma forma, os príncipes mouros acolhiam com grande cortesia os fidalgos portugueses aprisionados <sup>(67)</sup>.

Obviamente, não era apenas em relação aos cativos de ambos os sexos que as «capitoas» – assim chamadas pelos cronistas – deviam fazer provas de hospitalidade. Na presença ou na ausência dos seus esposos, competia-lhes receber condignamente os visitantes ilustres, fossem eles cristãos <sup>(68)</sup> ou muçulmanos <sup>(69)</sup>. E, por ocasião de solenidades litúrgicas ou outros motivos de regozigo, cabia-lhes organizar banquetes e festas a que assistiam os estratos superiores da sociedade local, durante os quais as damas dançavam como nas cortes senhoriais da metrópole <sup>(70)</sup>. De facto era à mulher que competia a gestão da economia doméstica, e mesmo a administração dos bens do casal, sobretudo nos estratos mais elevados <sup>(71)</sup>, parecendo-nos particularmente significativo que alguns elementos do património relacionados com o abastecimento da casa em bens alimentares – o forno <sup>(72)</sup> e o gado, ou seja, cabras e vacas <sup>(73)</sup> – e até a decoração dos seus espaços de lazer com aves exóticas – as emas <sup>(74)</sup> – sejam especificamente atribuídos pelo cronista à condessa, garante da magnificência da fortaleza-lar. Por outro lado vale a pena sublinhar o significado destes acontecimentos festivos, em termos de contribuição para a coesão da comunidade, e particularmente no sentido da sua afirmação, pois, como nos diz o cronista, as solenidades religiosas eram um momento de grande importância para os cristãos, juntando todos na igreja <sup>(75)</sup>.

Estes indicadores, ainda que sumários, sugerem, não obstante, a reprodução do universo e do papel social da aristocracia feminina segundo o modelo reinante na metrópole <sup>(76)</sup>. O destaque da condessa na manutenção deste edifício, em particular ao nível da gestão das sociabilidades mais directamente relacionadas com a esfera familiar-doméstica, afigura-se-nos evidente. A presença da esposa do capitão poderá, deste modo, ser lida como uma «imposição», e a sua ausência apenas legitimada perante a

gravidade da enfermidade de que padece (caso de D. Margarida). As diferenças mais marcantes no tocante ao estatuto das mulheres em terras do norte de África por relação a Portugal, incidiam, provavelmente, sobre as de categoria social média e baixa. Como referimos atrás, a documentação aponta no sentido de estas não exercerem nenhuma actividade, cercadas de escravas que desempenhariam as funções que àquelas estavam reservadas nos lugares de origem. Sugeriríamos, assim, que a transferência para estes locais se apresentaria como uma oportunidade (nem sempre bem sucedida e fortemente condicionada pela conjuntura reinante), de ascensão social, em virtude das possibilidades oferecidas por uma comunidade importada em processo de afirmação e de oposição face à existente.

É à luz deste quadro que se nos afiguram inteligíveis algumas das passagens relacionadas com mulheres relatadas por Bernardo Rodrigues. Citem-se, a este propósito, duas situações que nos parecem sintomáticas do contexto que delineámos. Segundo o cronista, em Arzila, havia mulheres que se vangloriavam de ter criado os filhos «com pão de seis vinténs o alqueire»<sup>(77)</sup>, na época da terrível carestia de 1521, sintoma, aos seus olhos, do gosto das mulheres rivalizarem umas com as outras; e recordem-se as oportunidades, de acordo com as palavras do autor, oferecidas pelas praças africanas de reconversão social às mulheres degredadas e outras de baixa condição.

#### 4 - O QUOTIDIANO FEMININO EM TEMPOS DE GUERRA

O quotidiano relativamente pacífico relatado nas páginas anteriores era, frequentemente, perturbado por episódios de maior ou menor violência. Os eventos que seleccionámos pretendem ilustrar esse clima de conflituosidade reinante, ainda que variável, de forma a apreendermos os diferentes sentidos atribuídos pelos cronistas à intervenção feminina nessas circunstâncias.

As fugas de cativos constituíam um fenómeno frequente num contexto de comunidades sujeitas a uma rivalidade permanente, ainda que, nalguns momentos apenas latente. Assumiam, em todo o caso, diferentes modalidades. Podiam, assim, efectuar-se subrepticamente, sem serem acompanhadas de agressões, ou apresentarem-se mais violentas, implicando, por exemplo, o assassinio dos patrões – regra geral, das mulheres, pois conviviam mais de perto com os mouros cativos, e ofereciam uma menor possibilidade de defesa<sup>(78)</sup> – ou, ainda, o envolvimento externo, dando origem a verdadeiras batalhas. Como caso extremo desta situação cite-se o projecto de fuga delineado pelas aias mouras ao serviço da condessa de Borba, em Arzila, que contava com o apoio de um emissário do rei de Fez, e que previa o rapto do pequeno D. Vasco, neto da condessa<sup>(79)</sup>.

Vale a pena sublinhar a indignação e o sentimento de revolta que transparecem do relato de Bernardo Rodrigues a propósito deste incidente. Aos seus olhos, ele não era lícito visto implicar traição face à confiança atribuída e reconhecida às mouras em causa. Ou, dito de outro modo, este incidente contrariava os esforços de uma aculturação sempre comprometida – e daí, a normalidade com que era encarada a fuga de escravos – ainda que muito desejada – e, por isso mesmo, objecto de indignação quando envolvia personagens a quem era votada uma especial atenção. Recordem-se, a este título, os esforços de D. Isabel Henriques tendentes a fazer com que as cativas solteiras «perdessem o amor a sua terra e o tomassem por nosa casa» na condição de aias, levando-a, ainda, a procurar estimular a conversão religiosa e a casá-las<sup>(80)</sup>; ou ainda, as referências elogiosas aos casos bem sucedidos de conversão que anteriormente citámos<sup>(81)</sup>.

Por seu turno, as incursões eram uma constante de parte a parte, atendendo aos interesses económicos em jogo<sup>(82)</sup>, ainda que supostamente «cavaleirescas». Com efeito, Zurara indigna-se contra uns Castelhanos porque matavam seres indefesos (isto é, mulheres e crianças)<sup>(83)</sup>, enquanto os Portugueses preferiam o recurso ao cativoiro<sup>(84)</sup>, opção duplamente vantajosa, visto favorecer, em simultâneo, o relacionamento entre vizinhos inimigos ainda que tolerados, em função do momento histórico. Na situação inversa, as regras eram idênticas, apesar das cativas portuguesas serem em muito menor número que as muçulmanas, uma vez que raramente saíam fora das muralhas.

O regresso das expedições bem sucedidas era pretexto de festejos: os clérigos saíam com as suas cruces a receber os soldados, juntamente com os moços e algumas mulheres que levavam provisões preparadas pela «capitão» e pelas restantes esposas – vinho, carne, frutas<sup>(85)</sup> – para os combatentes retemperarem as forças. Deste modo, a comunidade no seu todo – moradores de ambos os sexos e clérigos – associava-se ao sucesso dos feitos empreendidos pelos fronteiros, reforçando-se o espírito da mesma. De forma idêntica, os desaires, materializados em mortes de soldados ou situações de cativoiro, eram devidamente acompanhados pelo capitão, que informava pessoalmente e consolava as mulheres envolvidas em perdas humanas, prometendo-lhes ajuda, mais moral que material, no caso dos resgates<sup>(86)</sup>.

As situações de maior gravidade eram, contudo, os cercos. Nesses momentos, a comunidade no seu conjunto era accionada, sendo as mulheres chamadas a um desempenho mais activo. Frequentemente vestiam-se de homens, pegavam em armas e subiam aos muros, de forma a iludir o inimigo, fazendo com que o número de combatentes parecesse mais elevado. Podia, então, acontecer-lhes tomarem parte no combate, sendo feridas ou mortas, e, por sua vez, matarem alguns mouros<sup>(87)</sup>. A situação era em todo o caso excepcional, legitimada pela força das circunstâncias. O contributo feminino prolongava-se, ainda, na ajuda ao transporte, conserto e mesmo fabrico das armas e dos projecteis necessários para a luta, e no carregamento de pedra e terra para reforçar as defesas das fortalezas<sup>(88)</sup>.

Uma vez mais, o papel das «capitões» e respectivas filhas, isto é, da elite feminina local, é destacado por Bernardo Rodrigues. De acordo com ele, durante os cercos, as palavras e exemplo destas damas revelava-se fundamental para sossegar as mulheres e os moços, e manter o moral da guarnição, pois prodigavam a todos palavras de esperança, e não hesitavam em pegar em armas para encorajar os homens que fraquejavam por cansaço ou por desânimo<sup>(89)</sup>. Em contrapartida, Zurara não refere esposas de capitães a combater, afirmando mesmo, a propósito de D. Isabel de Melo, que o ofício das armas era «cousa a ella nom deuida»<sup>(90)</sup>. Acrescente-se que, dos seus relatos sobre a intervenção guerreira das mulheres, transparece um relativo sentimento de desaprovação, apesar da excepcionalidade do citado comportamento. Este sentimento acentua-se a propósito da participação de algumas mulheres na recolha dos despojos, após levantados os cercos<sup>(91)</sup>, e no aprisionamento de mouros feridos<sup>(92)</sup>.

As tarefas consideradas adequadas às mulheres, isto é, em conformidade à «natureza» das mesmas, inclusive nestas circunstâncias de excepção, consistiam em confeccionar e trazer alimentos para os soldados<sup>(93)</sup> e cuidar dos feridos<sup>(94)</sup>. As restantes participações, mesmo elogiosas segundo o olhar de Bernardo Rodrigues, não deixam de ser consideradas distantes do modelo.

Nestas circunstâncias, não surpreenderá que as raras referências relativas ao exercício de actividades afins com o universo político, por parte de mulheres portuguesas em Marrocos, sejam relatadas pelo mesmo cronista, ainda que confinadas às esposas dos capitães. De acordo com Bernardo Rodrigues, se o conde se ausentava temporariamente sem nomear substituto, a condessa podia assumir o seu papel, levando a cabo diligências

que hoje designaríamos de âmbito político-diplomático, como por exemplo: o aviso de guerra eminente<sup>(95)</sup>, ou o apoio a operações de resgate<sup>(96)</sup>. Em caso de ausências mais prolongadas, era ela que administrava a vila, do ponto de vista civil, ficando o governo militar nas mãos de um homem<sup>(97)</sup>; e apenas na eventualidade deste falecer, lhe competia pedir reforços e governar até eles chegarem<sup>(98)</sup>.

## 5 - CONCLUSÕES

Como ponto prévio, vale a pena recordar que a problemática feminina era estranha à época, e, por conseguinte, alheia às preocupações dos cronistas. De acordo com o exposto, o contributo das fontes narrativas no que concerne à participação das mulheres na vida económica, social e política das praças marroquinas, em termos de aprofundamento, é diminuto. A sua relevância traduz-se, por excelência, no plano das imagens femininas sugeridas pelos cronistas.

Afigura-se-nos de sublinhar, uma vez mais, a ideia de que estamos perante relatos discursivos desiguais. Todavia, um mesmo modelo de mulher transcorre de ambos, não obstante as nuances, detectadas e assinaladas ao longo da comunicação, no discurso de Bernardo Rodrigues.

Tais imagens, em todo o caso, são susceptíveis de revestir contornos particulares, em concreto por deveres de linhagem e da posição social que a mulher ocupa. Assim, a emoção e o sentimento, tidos por apanágios, por excelência, da natureza feminina são, por vezes abafados, por imposição do dever de Estado. Os exemplos proliferam, mas aponte-se a propósito o caso de D. Filipa de Lencastre, que é na condição de rainha que abraça a causa de Ceuta, meio de glorificação dos seus filhos, ainda que para tal seja levada a escamotear a sua dor de mãe e de esposa<sup>(99)</sup> e o da condessa D. Isabel de Melo, que é levada a ocupar-se primeiro dos seus deveres para com o pessoal da sua casa, ao invés de cuidar da sua dor, após receber a notícia da morte do esposo<sup>(100)</sup>.

As mulheres são ainda apresentadas como símbolo de fragilidade. Parafrazeando Zurara, são as que, juntamente com as crianças, mais têm medo e gritam por socorro<sup>(101)</sup>, por oposição à força, valentia e coragem que os homens devem revelar, sob pena de serem designados de «corações mulharigos e efeminados»<sup>(102)</sup>, epíteto que o mesmo autor coloca na boca de D. Pedro de Meneses, a propósito dos combatentes que, tendo ficado em Ceuta após a conquista da vila, se lamentavam da iminência da sua morte, já que os mouros decerto não tardariam a vir, em grande número, buscar desforra<sup>(103)</sup>. A valentia, em todo o caso, é um atributo masculino, mesmo quando partilhado por algumas mulheres excepcionais, referidas por Bernardo Rodrigues<sup>(104)</sup>. Com efeito, a valorização da valentia ou coragem manifestada por certas mulheres, ainda que expressa de forma inversa à tradicional, equivale a concluir pela definição dominante da mulher como um ser frágil.

A delimitação dos espaços, público *versus* privado, confinados a cada género, constitui uma segunda ideia que perpassa na documentação compulsada. Curiosamente, ela é expressa, uma vez mais, em termos desiguais pelos dois autores. Assim, em Zurara apreende-se a intenção de contribuir para o reforço dessa delimitação idealmente concebida e construída – e daí, a censura patente no seu discurso quando a evidência empírica contraria a imagem procurada<sup>(105)</sup>. Em contrapartida, em Bernardo Rodrigues constatamos um olhar mais descomprometido face a essa delimitação, olhar que se nos afigura possibilitado por efeito da percepção do mundo particular do autor, produto da vivência de uma sociedade em que a intenção de reproduzir o modelo ideal, não se compadece com a necessidade de o adaptar por força dos condicionalismos existentes<sup>(106)</sup>.

À força das armas exercida pelos homens contrapõe-se, diríamos nós, a sociabilidade familiar (e seus prolongamentos à comunidade) exercida fundamentalmente pelas mulheres, «força», que a seu modo, caminha em função do sentido perseguido pelos primeiros. Como corolário, o ideal feminino pauta-se pela «mulher virtuosa»<sup>(107)</sup>, pois, de acordo com os autores, o papel da mulher afirma-se, por excelência, na sua condição de mãe e esposa.

Para finalizar, esclareça-se que o processo de construção das imagens femininas, concebido em termos dicotómicos e de oposição face à imagem masculinas, não exclui, todavia, a possibilidade de os homens exprimirem sentimentos próprios das mulheres, ainda que reservados a espaços e momentos socialmente reconhecidos. Assim, antes da partida para Ceuta, os companheiros de D. Duarte ocupavam-se, «falando naquilo que os homens mancebos mais trazem acerca de sua vontade ss. bem-querença de suas amigas». Aliás, era precisamente para conquistar e conservar o afecto das suas amadas que estes jovens cavaleiros procuravam evidenciar-se em todo o tipo de esforços guerreiros, como um tal João Soares, a quem «a boa vontade que avia a huma Donzella, o fazia buscar cousas avantajadas»<sup>(108)</sup>. Mesmo os homens maduros, chefes de família há longo tempo, não deixavam de revelar o afecto que sentiam pelas suas esposas<sup>(109)</sup>, senão mesmo a importância que davam às suas opiniões<sup>(110)</sup>.

O amor era, pois, o lugar de convergência de homens e mulheres, o ponto de encontro, ontem como hoje, dessas trajectórias aparentemente tão desencontradas.

## NOTAS

(1) Hipólito Raposo, «Mulheres na conquista e navegação», *Brotéria*, vol. XXVII, Fase 4 (Out.), 1938, pp. 297-308; Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, «A mulher portuguesa e a expansão (notas de crónicas e outros escritos)», *Revista de Ciências Históricas*, VII, 1992, pp. 83-92.

(2) Elaine Sanceau, *Castelos em África*, Porto, 1961, pp. 215-226.

(3) Estamos plenamente conscientes, todavia, que só a utilização de outras fontes, que não as narrativas, permitirá um avanço decisivo em tal matéria, e esperamos que tal venha a acontecer neste mesmo Congresso.

(4) Vários autores têm salientado o facto que o discurso cronístico «é a representação de uma realidade empírica e não uma exacta duplicação dela» – Luis Filipe Rebelo, *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa, 1983, p.16. João Gouveia Monteiro foi mesmo mais longe, afirmando, para um autor bem próximo dos estudados, que «Fernão Lopes escreve na primeira metade do século XV, no seio portanto de um universo cultural onde a distinção entre o imaginário e o verídico se revelava muito menos nítida do que hoje e onde a representação do passado surgia frequentemente mais como uma *representação ideal* do que como uma duplicação precisa» – *Fernão Lopes. Texto e contexto*, Lisboa, 1988, p.13.

(5) Recorde-se, a este propósito, os avanços metodológicos decorrentes da introdução dos conceitos de género e de representações nas ciências sociais, em particular, no tocante à história das mulheres, pelo alargamento de perspectivas analíticas – cfr. Roger Chartier, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1989.

(6) De que lemos a *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Lisboa, Publ. Europa-América, 1992 (doravante citada, abreviadamente, como CTC); a *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano Freitas de Carvalho, Porto, 1988, da edição feita pelo Abade Correia da Serra para a Academia das Ciências de Lisboa em 1792 (doravante CDP); e a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978 (doravante CDD).

(7) Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa, Doutrina e Crítica*, Vol. I, Séculos XII-XVI, Editorial Verbo, p. 71. Para uma interpretação sumária da figura e obra de Zurara, cfr. a mesma obra, pp. 65-84.

(8) Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa* [...], ob. cit., p. 80.

(9) CDD, 109.

(10) CTC, 134.

(11) De que lemos os *Anais de Arzila*, edição de David Lopes para a Academia das Ciências de Lisboa, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915 (doravante AA, I ou II consoante o volume referido).

(12) Vale a pena referir que o propósito da obra se desenhou numa fase relativamente tardia do interesse do autor pela matéria, em particular, no tocante à informação recolhida. Dando crédito às palavras de David Lopes: «Parece que já em Arzila Bernardo Rodrigues reunira materiais para os *Anais*; sem plano definido, talvez sem intenção de publicidade, mas notas de curioso e amigo da sua terra. Não se compreende de outro modo que ele «praticasse» esses assuntos com tantos indivíduos, como os refere a miúdo no seu livro; nem sobretudo, que seja tão minucioso em datas e nomes de pessoas e de lugares. Só, porém, mais tarde, dez anos depois do despejo de Arzila, éle se resolveria a coordenar as suas notas, «a mandado de peso a quem tenho obrigação», a qual nós suspeitamos seja o último capitão de Arzila, D. Francisco Coutinho, [...] dahi a pouco nomeado vice-rei da Índia.» - «Introdução», AA, I, XI. (Sublinhados nossos)

(13) *Idem*, XII.

(14) Sobre as características do domínio português em Marrocos ver, entre outros, as obras de David Lopes, *História de Arzila durante o domínio português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, e *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989; António Dias Farinha, «Características da presença portuguesa em Marrocos», *Portugal no Mundo*, Luís de Albuquerque (dir.), Lisboa, Alfa, 1989, vol. I, pp. 113-123.

(15) Sabemos, por exemplo, que as esposas dos pescadores da Ribeira de Lisboa trabalharam na salga do peixe que foi levado para o assalto a Ceuta (CTC, 118), e é provável que outras mulheres agissem da mesma forma, ajudando os maridos a abastecer os navios ou executando tarefas próprias dos seus mesteres.

(16) Foi isto que D. Filipa de Lencastre se propôs fazer quando D. João I lhe comunicou a sua intenção de ir, com os infantes, tomar Ceuta. Também as mulheres dos capitães e demais combatentes das praças de África, participavam em procissões e outros actos de culto, para pedir a Deus protecção para os seus homens - CTC, 146. AA, I, 120-121, 405-406.

(17) CTC, 290-291.

(18) CDP, [17], [292].

(19) Até mesmo a sua segunda prometida, D. Filipa Coutinho, para lá se dirigiu, mas faleceu no mar, ao largo do Algarve, antes do casamento se ter realizado - CDP, [292-293], [354], [364], [389]; CDD, 51.

(20) CDD, 223.

(21) AA, I, 16.

(22) AA, I, 481.

(23) AA, I, 34-35.

(24) AA, I, 219, 222, 408.

(25) São expressamente referidas como tendo parido filhas em Arzila, D. Isabel de Castro, filha do conde de Borba (*Ibidem*, I, 16) e D. Genebra de Brito, mulher do capitão Afonso da Silveira (*Ibidem*, I, 481). Para algumas famílias, é mesmo contabilizado o número de crianças do sexo feminino: seis, no caso de Fernão Caldeira (AA, I, 145), três, no de um falecido (*Ibidem*, II, 90).

(26) AA, I, 196.

(27) AA, I, 373.

(28) Cite-se, a este propósito, a informação disponível na obra *Registos Paroquiais da Sé de Tânger (Casamentos de 1582 a 1678. Reconciliações de 1610 a 1622)*, José Maria Rodrigues e Pedro de Azevedo (org.), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1922, que possibilita realizar, para além do movimento matrimonial registado na citada localidade (uma das praças portuguesas mais importantes), análises nominativas cruzadas através das testemunhas.

(29) *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 13-20.

(30) CDP, [241-242]. AA, I, 4; II, 208.

(31) Em casa de Isabel Fernandes, mulher solteira, foi apanhado um homem casado, denunciado ao capitão de Arzila pela sua esposa desconfiada - AA, I, 367.

(32) AA, I, 416. Ver. P. M. Laranjo Coelho, *Documentos inéditos de Marrocos, Chancelaria de D. João II*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943, vol. I. C. Boxer adverte-nos, em todo o caso, da diminuta amplitude do fenómeno por comparação a Espanha, cf. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, ob. cit., p. 20.

(33) O papel desempenhado pelo monacato feminino nas estratégias familiares dos possidentes, em particular da nobreza, desde a Idade Média até à Época Moderna, tem sido posto em relevo por vários autores: José Mattoso, «A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI e XII», *Revista de História Económica e Social*, 10, 1982, pp.44-47; Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, «A mulher como um bem e os bens da mulher», em *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol.I, Coimbra, 1986, pp.61-63; James L. Boone, «Parental investment and elite family structure in preindustrial states»: a case study of late medieval - early modern portuguese genealogies, *American Anthropologist*, 88, 1988, p.860; João Francisco Marques, «O monacato feminino em Portugal nos séculos XVI e XVII estratégia da nobreza e das ordens religiosas», *I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America 1492-1992*, Univ. de León, Secretariado de Publicaciones, 1993, vol. II, pp. 639-652; Eugénio dos Santos «O monacato feminino no Brasil durante a época moderna», *ibidem*, vol. I, pp. 469-482.

(34) AA, II, 43. Segundo Christiane Klapisch-Zuber, as probabilidades das mulheres voltarem a casar eram proporcionais à sua fortuna - «La 'mère cruelle'. Maternité, veuvage et dot dans la Florence des XIVe-XVe siècles», *Annales E.S.C.*, 38<sup>e</sup> année, 5, 1983, p.1093.

(35) AA, II, 193.

(36) AA, I, 415-416.

(37) Normalmente, era a família que escolhia as alianças que mais lhe interessavam, e os bens de que estava disposta a despojar-se para dotar convenientemente a noiva - cfr. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, ob. cit., pp.54-55.

(38) AA, I, 24; II, 136.

(39) A influência das mulheres sobre eles era considerada positiva, pois de um mourisco, Artur Rodrigues, diz o cronista «que já a este tempo era avido por muito seguro, por ser casado com Lianor Rodriguez que, posto que mourisca, era criada da condessa, a qual o abrandou e amansou de tal maneira que foi um dos bons homens do seu tempo» - AA, I, 378; outros exemplos: *Ibidem*, 163, 243, 245, 338; II, 43, 223, 265.

(40) AA, II, 106.

(41) O conde D. Pedro, por exemplo, aproveitou a passagem por Ceuta de mercadores venezianos para adquirir diversas mercadorias, porque «tinha Filhas pera casar, e comprou muitas joyas pera ellas» - CDP, [360-361].

(42) Até a rainha de Granada prometeu a D. Filipa de Lencastre, para a Infanta D. Isabel, «o melhor e mais rico enxoval que nunca fora dado a nenhuma princesa moura, nem cristã», se ela convencesse o marido a responder claramente à embaixada moura, contra quem estava a ser preparada a expedição marítima de que tanto se ouvia, então, falar - CTC, 133-134.

(43) Assim classificou Zurara aquelas com que D. Pedro de Meneses celebrou, em Ceuta, a união de sua filha e herdeira D. Beatriz com D. Fernando de Noronha - CDP, [365].

(44) De D. Leonor de Meneses, irmã mais nova da D. Beatriz referida na nota anterior, diz Zurara que «esteve assy solteira depois da morte de seu Padre, vivendo muy honestamente, e então casou com D. Fernando filho primeiro do Conde d'Arrayolos» - CDP, [421].

(45) CDP, [354].

(46) Ao contrário do que sucedia no reino, onde se encontravam mulheres em todos os sectores, desde a agricultura ao artesanato, com especial relevo, contudo, para o comércio a retalho - Maria Helena da Cruz Coelho, «A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas», *Revista de História Económica e Social*, 20, 1987, pp.48-60.

(47) AA, I, 71.

(48) AA, I, 298.

(49) M<sup>o</sup> H.C.Coelho, ob. cit., p.49.

(50) AA, I, 246; II, 265.

(51) AA, I, 327.

(52) AA, II, 173.

(53) AA, II, 78.

(54) AA, I, 176-177 e 468.

(55) AA, I, 259, 406.

(56) AA, I, 259-260.

(57) AA, I, 328

(58) O concubinato entre escravas e patrões era muito comum na época, fazendo nascer inúmeras crianças ilegítimas, mas parece ter afectado mais os solteiros e viúvos do que os casados – Jacques Heers, *Eslaves et domestiques au Moyen Age dans le monde méditerranéen*, Paris, 1981, pp. 214-216.

(59) AA, I, 142.

(60) Segundo Bernardo Rodrigues, António da Fonseca, contador e criado do conde de Borba, e sua esposa Beatriz de Meira, não tinham menos de cinco ou seis criados e outras tantas criadas, «todos muito bons cavaleiros, e que tivêrão e oje tem o abito de noso senhor Jesu Cristo, e as criadas casadas com outros homens não somenos que estes» – AA, I, 228.

(61) AA, I, 251, 336; II, 64, 178, 203.

(62) Tal parece ser o caso de um sapateiro e de um hortelão de Arzila: AA, I, 335; II, 131.

(63) AA, I, 67, 69, 165, 459-460.

(64) De um deles, diz Bernardo Rodrigues ser «mancebo muito gentil homem e que parecia pesoa de muita gravidade», AA, I, 175.

(65) AA, I, 124-125; II, 6, 231, 255.

(66) AA, I, 105.

(67) Como aconteceu com D. Fernando, filho de D. Duarte de Menezes, a quem era permitido comer à mesa do alcaide Mulei Abraham, em companhia das suas mulheres, pois como este bebia vinho, «não entrava pera onde comia e bebia senão cristãos e judeus, seus privados, que ele mandava chamar» – AA, II, 196.

(68) Podia tratar-se dos Infantes e dos fidalgos vindos participar na defesa da cidade durante um cerco, ou simplesmente do novo capitão com a sua esposa – CDP, 471-479; AA, I, 481.

(69) A estes, sabemos que, de acordo com os seus costumes, era oferecida água fresca para se desdentarem, assim como conservas de frutas, bolinhos e outras « cousas d'aguquere » – AA, I, 465-466, 468; II, 174.

(70) AA, I, 163.

(71) Maria Helena Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, p. 65.

(72) CDD, 280, AA, I, 86.

(73) AA, I, 32, 89, 132; II, 167 (para leite).

(74) «que são umas aves grandes que se crião nos desertos de Çahara» – AA, II, 182.

(75) AA, I, 71.

(76) Rita Maria Fernandes da Costa Gomes, *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1994, vol. I, pp. 91-102.

(77) AA, I, 326-327.

(78) AA, I, 62, 230, 406.

(79) AA, I, 159.

(80) AA, II, 178.

(81) Veja-se a nota 39.

(82) António Dias Farinha, *ob. cit.*, p. 113.

(83) CDD, 299.

(84) CDP, [86], [90-92], [107], [127], [128-129], [157], [180], [202], [320], [333], [362], [374-375], [404]. CDD, 97, 239, 255, 307. AA, I, 41, 47, 51, 54, 56, 65, 67, 84, 117, 129, 139, 163, 211, 243, 245, 251, 272, 281, 302, 304, 306, 336, 344, 408, 483; II, 13, 64, 130, 177.

(85) AA, II, 119, 230.

(86) AA, I, 44; II, 196.

(87) CDP, [233], [241-242]. AA, I, 11, 13.

(88) CDP, [233]. AA, I, 13, 16.

(89) AA, I, 16-17.

(90) CDD, 233-234.

(91) Depois da chegada dos reforços enviados a Ceuta por D. João I, os mouros abandonaram o campo «no qual jaa andavam Judeus e mulheres e outra gente a roubar, e nom sem causa, caa foram alli avidas muitas, e muy boas cousas de grande valor» (CDP, [269]). O tom de Zurara é de censura, pois reprovava a avidez com que a «gente baixa» se precipitava sobre os vencidos para os espoliar, pondo por vezes em risco a sua própria segurança; os fidalgos também se apoderavam das armas, dos cavalos e dos corpos dos cativos, mas, segundo ele, com outra «contenença».

(92) A seguir ao abandono do cerco de Ceuta, os vencidos estavam em tal confusão «caa huma mulher foi vista, que levava tres Mouros ante sy, que ella per consentimento delles mesmos atára» – CDP, [270].

(93) CDD, 233-234. AA, I, 16.

(94) Com panos para atar as feridas, azeite para as queimar, ovos para auxiliar a cura, etc... AA, I, 183, 188, 195. Em contrapartida, em Alcácer, usavam-se «meezinhas e auguas» que D. Isabel de Melo havia mandado trazer do reino – CDD, 233-234.

(95) Num dia em que o capitão foi caçar, ela fez soar as bombardas para avisar que vinham muçulmanos e mandou as atalaías à procura dele – AA, I, 51.

(96) Noutra dia em que o capitão fez uma saída em terra inimiga, chegou a notícia de que uns mouros levavam cativos cristãos, e foi D. Isabel de Melo que pediu aos mouros de pazes que fossem recuperá-los – CDD, 322.

(97) AA, I, 402.

(98) AA, I, 416-419.

(99) CTC, 89-90.

(100) CDD, 357-358.

(101) AA, I, 11.

(102) CDP, [42-43]. Em contrapartida, de um muçulmano que acabou os seus dias às mãos dos Portugueses, pelejando com valentia, o cronista disse não tinha «o coração fraco, nem femeníl» – *Ibidem*, [154-155].

(103) CDP [42-43]

(104) Catarina Afonso era a «mais pera homem d'armas que pera molher por ser grande corpo e muitas forças e grande animo» – AA, I, 62 - e Violante Gonçalves «servia nos cercos de molher e homem» – *Ibidem*, 188, 285 - , Isabel Monteiro era «molher despota e mais rija que eu» – *Ibidem*, 255.

(105) O cronista é muito crítico quanto à influência de D. Leonor de Aragão sob D. Duarte, atribuindo-lhe culpas no desastre de Tânger, e exprime a oposição de largas franjas da opinião pública de então à regente, não por motivos políticos, mas porque «pareceo caasy a todos contrayro aa boa rezom que huum tal regno e em que aaquelle tempo taes principes auya como eram os Jffantes dom Pedro e dom henrique e dom Joham ouuessem de ser Regidos per molher dado que uertuosa fosse» – CDD, 109.

(106) AA, I, 402, 416-419. Daí, a naturalidade com que ele refere as atitudes «viris» das esposas dos capitães, referidas nas páginas anteriores.

(107) Como contraponto, as que se afastam do modelo, são penalizadas: há as que se queixam dos maridos e comem demais, perdendo assim o esposo e a fortuna (AA, I, 366-368) e as que censuram-lhes os vícios, e eles fogem para junto dos mouros (AA, II, 75, 236).

(108) CDP, [240].

(109) O conde D. Pedro, por exemplo, testemunhou mais de uma vez o seu amor pela sua segunda mulher, D. Beatriz Coutinho, «e muito tempo trouxe por nembrança della barba e cabello comprido, até que lhe o Infante Eduarte mandou, que a tirasse» – CDP, [364]. CDD, 66.

(110) Como D. João I em relação a D. Filipa de Leicaste, embora o cronista ponha na boca da soberana palavras em contrário – CTC, 88, 133-134.